



(X) Graduação () Pós-Graduação
() Artigo completo () Relato de prática (X) Resumo expandido

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CRÉDITO RURAL: impactos no Assentamento
Aimoré (Glória de Dourados/MS)**

Leonardo Francisco Figueiredo Neto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
lffneto@gmail.com

Christiane Marques Pitaluga
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
christiane.pitaluga@ufms.br

Tchoya Gardenal Fina do Nascimento
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
tchoya.fina@ufms.br

Andre Luis Kiyoshi Shimabukuro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
andre.shimabukuro@ufms.br

Evelyn Torres Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
evelyn.siqueira@ufms.br

Isabella Córdova de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
isabella_cordova@ufms.br

RESUMO

A pesquisa realizada no Assentamento Aimoré (Glória de Dourados/MS) buscou avaliar os impactos da titulação da terra sobre os beneficiários da reforma agrária, com foco no acesso ao crédito rural e nas transformações socioeconômicas decorrentes da regularização fundiária. A análise revelou que, embora a titulação represente um avanço importante ao oferecer segurança jurídica e servir como garantia real, sua influência sobre a bancarização permanece limitada. Apenas uma parcela reduzida das famílias conseguiu acessar crédito formal, priorizando linhas de investimento voltadas à aquisição de maquinário e melhorias estruturais. A maioria, entretanto, continua excluída do sistema financeiro, enfrentando barreiras como burocracia excessiva, falta de informação e receio do endividamento. Os resultados indicam que a titulação, isoladamente, não é suficiente para dinamizar a produção agrícola e promover desenvolvimento sustentável. Para que o título de propriedade se converta em autonomia efetiva, é necessário articular políticas integradas de assistência técnica e educação financeira, capazes de transformar o crédito em instrumento de inclusão produtiva e prosperidade rural.

Palavras-chave: Regularização fundiária; Crédito rural; Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária constitui uma das principais políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da justiça social e à redução das desigualdades. Ao redistribuir terras consideradas improdutivas, busca-se assegurar aos trabalhadores rurais condições para uma vida digna e autônoma. Entretanto, a entrega da terra representa apenas o ponto de partida: o verdadeiro desafio reside em garantir que as famílias assentadas consigam permanecer no campo, produzindo de forma sustentável e alcançando qualidade de vida.

A presente pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Aimoré (Gloria de Dourados/Mato Grosso do Sul) teve como objetivo central avaliar os impactos da titulação da terra sobre os beneficiários da reforma agrária no Assentamento Aimoré, com ênfase no acesso ao crédito rural e nas transformações socioeconômicas decorrentes da regularização fundiária. A partir da análise de dados empíricos, buscou-se compreender de que forma a regularização fundiária repercutiu no cotidiano das famílias assentadas e quais obstáculos ainda se mantêm para a consolidação de um desenvolvimento rural justo e sustentável. Especificamente identificar os principais obstáculos enfrentados pelos beneficiários no processo de obtenção de crédito rural.

A política de regularização fundiária no Brasil representa um instrumento estratégico para o desenvolvimento rural, especialmente em áreas de vasta extensão de terras públicas. No entanto, a emissão de títulos de propriedade é apenas o marco inicial de um processo complexo. Conforme apontam Rossi e Oliveira (2025), após a conquista da segurança jurídica, os beneficiários enfrentam o desafio crítico de viabilizar a produção, acessando linhas de crédito e superando barreiras estruturais que colocam em risco a sustentabilidade das unidades produtivas.

Para os assentados da reforma agrária, o crédito é uma condição essencial de inserção produtiva (Pitaluga *et al.*, 2025). Ele permite superar a baixa capitalização e a ausência de ativos. Mais do que fomento financeiro, o crédito rural, quando articulado a outras políticas, funciona como catalisador de aprendizagem e organização produtiva sendo indispensável para a sustentabilidade econômica no campo (Grisa, 2018).

Nesse contexto, o crédito rural é o principal instrumento de intervenção estatal. Consolidado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e regulamentado pelo Manual de Crédito Rural (MCR), o sistema articula agentes públicos e privados sob supervisão do Banco Central (Resende Oliveira *et al.*, 2017). Historicamente, o crédito impulsionou a modernização

da agricultura brasileira, mas de forma seletiva. Souza e Caume (2008) destacam que essa modernização beneficiou perfis específicos de produtores, aprofundando desigualdades devido à influência de variáveis macroeconômicas.

Como resposta, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Embora seja a principal política para o segmento, sua efetividade não deve ser medida apenas pelo volume de recursos, mas pela capacidade de promover mudanças estruturais (CRESOL, 2021). Gazolla e Schneider (2013) apontam avanços como a redução de juros e a diversificação produtiva, porém, limitações persistentes permanecem.

Esta investigação consistiu em uma pesquisa de campo de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualiquantitativa, voltada à análise do perfil socioeconômico e produtivo das famílias do Assentamento Conquista, em Campo Grande (MS). Para tanto, adotou-se o método *survey*, utilizando questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas para captar dados sobre segurança jurídica, padrões de consumo, acesso a serviços urbanos e organização coletiva (Creswel, 2014).

A coleta de dados primários ocorreu entre 26 e 28 de agosto de 2024, realizada por uma equipe da UFMS em parceria com o INCRA e a FAPEC. O público-alvo compreendeu os representantes de 14 unidades familiares tituladas no assentamento (43,85% do universo total).

2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados no Assentamento Aimoré ratificam um cenário persistente de exclusão financeira. Observa-se que, mesmo após a regularização fundiária — etapa que, teoricamente, deveria abrir as portas das instituições bancárias —, a adesão ao crédito rural permanece expressivamente baixa.

Entre a minoria que obteve êxito na contratação, a modalidade de Investimento foi a que prevaleceu (3 produtores). Esse dado é revelador: ele sugere que a prioridade dos assentados recaí sobre a capitalização e o aprimoramento estrutural dos lotes, como a aquisição de maquinário e benfeitorias, sobrepondo-se às linhas voltadas apenas ao custeio operacional das safras.

A realidade do Assentamento revela um paradoxo institucional. Embora a titulação da terra seja um avanço inegável, ela não foi capaz de derrubar, por si só, as barreiras estruturais ao crédito. O fato de mais de dois terços das famílias permanecerem à margem do sistema

financeiro é prova disso. Elas seguem travadas por um tripé de obstáculos: a excessiva burocracia, a assimetria de informações e o temor do endividamento.

Por outro lado, a importância do título de posse não deve ser subestimada. Dos quatro produtores que acessaram o financiamento, 75% (3 deles) afirmaram que a titulação foi o fator determinante para a aprovação do recurso.

3 CONCLUSÕES

Em linhas gerais, a baixa adesão ao crédito e a persistência de barreiras estruturais no Assentamento Aimoré revelam que a titulação, embora fundamental, é insuficiente se operada de forma isolada. A segurança jurídica da terra é o ponto de partida, mas, sozinha, não é capaz de guiar o produtor por uma excessiva de burocracia, a assimetria de informações e o temor do endividamento.

Para converter o direito à posse em prosperidade tangível, é urgente transcender a lógica da simples 'entrega de papéis' e avançar para uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado. Isso requer um ecossistema de apoio que conecte a assistência técnica especializada — essencial para transformar o potencial produtivo em projetos financeiramente viáveis — a linhas de fomento personalizadas, que respeitem a real capacidade de endividamento e as particularidades das famílias assentadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos especialmente a todos os agricultores familiares assentados que dedicaram seu tempo para contribuir com a pesquisa e também ao INCRA pelo financiamento e suporte fundamentais a execução da pesquisa e à UFMS pelo apoio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Reforma agrária no Brasil: políticas, desafios e perspectivas**. Brasília: INCRA, 2020.

CRESOL. **Crédito Rural e a importância do agronegócio no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://blog.cresol.com.br/credito-rural-e-a-importancia-do-agronegocio-para-o-brasil/>>. Acesso em: 15 jan. 2024

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 36–50, 2018. DOI: 10.37370/raizes.2018.v38.37. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/37>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>

MOURA, A. C. de. O Banco Mundial e a Reforma Agrária de Mercado no norte de Minas. **Revista Desenvolvimento Social**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 5-19, 2016.

PITALUGA, C. M.; FIGUEREDO, L. F. N. Políticas públicas agrárias: uma abordagem a partir do acesso aos mercados alimentares no assentamento estrela, MS, BRASIL. In: XI Congresso Internacional APDEA 2025 A Agricultura no centro da Sustentabilidade: Ciência versus Demagogia. 22-24 OUTUBRO, **Nova Medical School**, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://events.iniaiv.pt/APDEA2025/media/attachments/2025/10/20/programa-final.pdf>

PITALUGA, C. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. **Revista Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i1.494>.

PITALUGA, C. M.; KUFF, R. F.; NASCIMENTO, R. S. do. **Abastecimento e mercados alimentares**: acesso, dinâmicas e construção de novos mercados pelos agricultores familiares dos assentamentos de Bonito, MS, Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 63., 2025, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: UPF, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2025/1103043>. Acesso em: 5 jan. 2026.

RESENDE OLIVEIRA, G.; MOREIRA DE ARAÚJO, F.; CÉSAR DE QUEIROZ, C.. A importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 3, p. 528–551, 2017. DOI: 10.5216/bgg.v37i3.50769. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/50769>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ROSSI, E. C. J.; OLIVEIRA, G. R. A regularização fundiária e seus impactos no desenvolvimento regional: função social da propriedade no programa regularização do Tribunal de Justiça do Estado De goiás. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 18, n. 8, p. e20213, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.8-208. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/20213>. Acesso em: 4 nov. 2025.



SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M. da; OLIVEIRA, M. A. C. (org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014. p. 75-105

SILVA, A. C. A.; BARDEN, J. E. Influência da Reforma Agrária Assistida pelo Mercado no desenvolvimento dos beneficiários: uma análise a partir da abordagem das capacitações. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, n. 3, p. 320–332, 2018. DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2018.003.0025.

SOUZA, P. M. de; CAUME, D. J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil: uma análise do período recente. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 3, p. 739–770, 2008.